

BRASIL AGORA

Nº 67 — 20 DE ABRIL A 3 DE MAIO DE 1995 — R\$ 2,50

RUANDA

*Os europeus têm muita
responsabilidade
nas causas do conflito
que matou 5% da
população do país.*

Pág. 10

PAS

*O "Plano de Saúde
dos Pobres" de Maluf abre o
caminho para a
privatização dos hospitais
públicos*

Pág. 11

ÍNDIOS

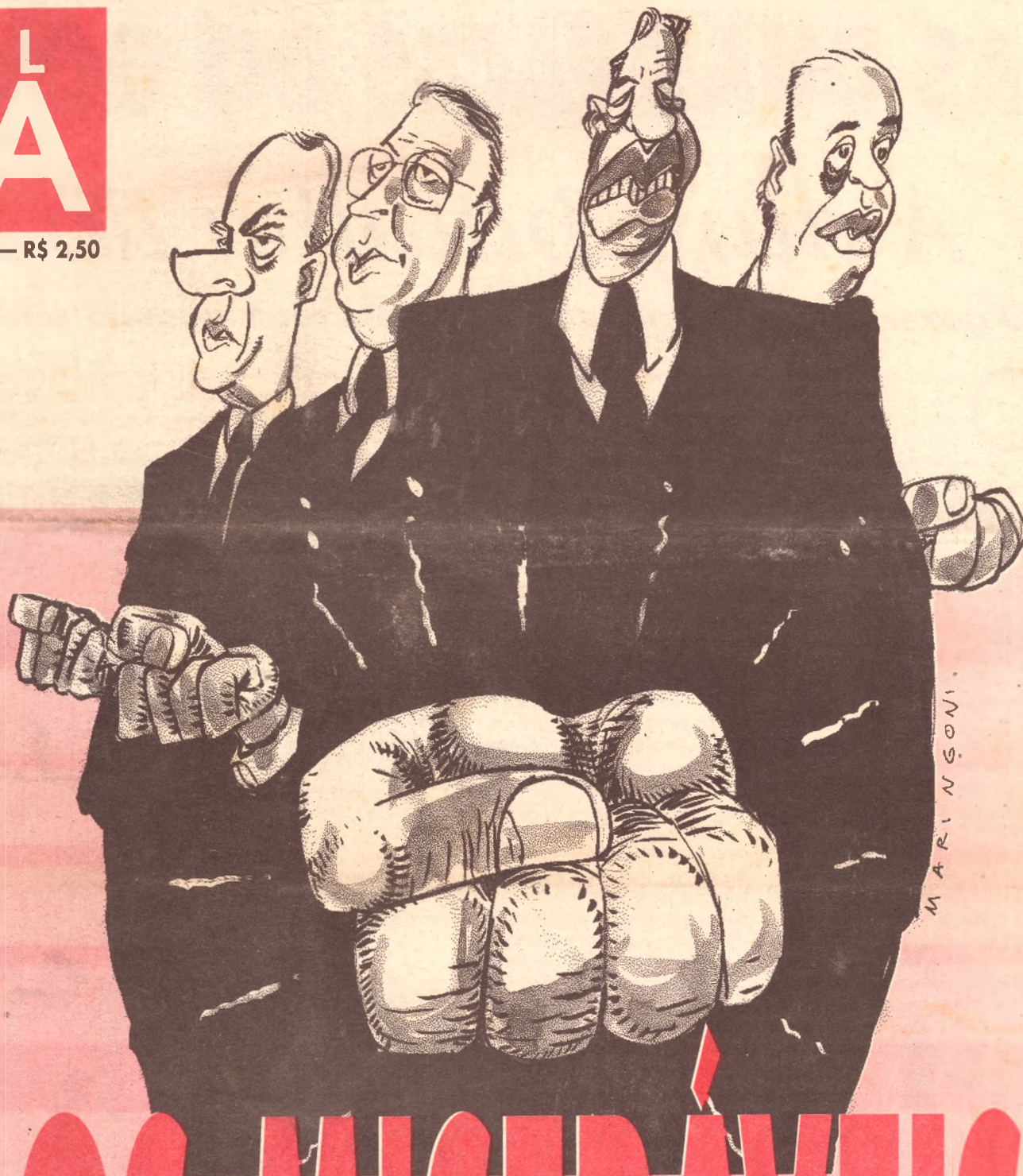
*No calendário, eles
têm até um dia especial.
No dia-a-dia predomina o
desrespeito aos
direitos e à cultura*

Pág. 5

CÂMBIO

*As propostas "visionárias"
do governo brasileiro para
controlar o "hot-money"*

Págs. 8 e 9



OS MISERÁVEIS

***FHC segurou até o fim o mínimo de R\$ 100,00,
mas acena com presentes milionários para os
americanos e os grandes empresários.
Nas páginas centrais, brasileiros que ganham
o novo salário, ou um pouco mais,
contam como fazem para resistir. Nas páginas 2 e 3,
as armações para favorecer os poderosos.***

AS DUAS FACES DO GOVERNO FHC

A dura batalha do salário

O governo só aceitou os míseros cem reais quando sentiu o cheiro da derrota

O Palácio do Planalto montará, às vésperas do Primeiro de Maio, uma operação de propaganda para aparecer como benfeitor dos trabalhadores. Dirá que fez grandes sacrifícios para... aprovar o mínimo de cem reais.

Nossa tabela na página 7 revela como o "presente" é ordinário. O mínimo de R\$ 100 vale menos de 25% do que valia em 1940 e o poder real de compra não atinge sequer o do primeiro ano do governo Collor.

O mais grave, porém, é que o Palácio do Planalto só concordou com o novo valor quando ele tornou-se inevitável: negar o pequeno aumento levaria o Executivo a sofrer desgaste político dramático e derrota parlamentar humilhante.

A novela, conta o deputado Paulo Paim (PT-RS), começou em janeiro. Poucos dias depois de assumir o governo, FHC vetou o mínimo de R\$ 100, que havia sido aprovado no Congresso à revelia da vontade das bancadas governistas. Para vetar, alegou que a Previdência havia amargado, em 94, um déficit devastador, e o novo salário, que corrige as aposentadorias, quebraria o INSS. Apoiou-se, sabe-se agora, num parecer obscuro e inconsisten-

te, redigido por um funcionário de segundo escalão do ministério da Previdência com finalidades que seria importante investigar. Desconfiado, o deputado Paim pediu na época, ao Tribunal de Contas da União (TCU), uma auditoria sobre a situação da Previdência, e a veracidade da alegação.

JOGADA "ESPERTA". Em fevereiro, o governo tentou uma jogada "esperta". Tomou a iniciativa de propor ao Congresso o mínimo de R\$ 100. Incluiu, no entanto, no projeto de lei que autorizava o aumento, um punhado de dispositivos capciosos, que liquidavam direitos previdenciários dos trabalhadores. O raciocínio era quase o mesmo: a Previdência está falida; para aumentar o salário é preciso reduzir suas despesas.

O deputado Paim, relator da matéria no Legislativo, encontrou uma saída. Propôs, em março, o desmembramento do projeto: o aumento do mínimo e o corte de direitos seriam votados separadamente. O governo resistiu. Nas últimas semanas, quando se aproximava o momento da decisão final, os acontecimentos se precipitaram, permitindo que ficassem nítidas as intenções de cada parte.

Em 5 de abril o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal, tentou, através de uma manobra, obter a votação vinculada dos dois temas. Nem mesmo a bancada do PFL concordou. Derrotado, o Planalto tentou uma ameaça: o porta-voz de FHC, Sérgio Amaral, afirmou, no dia 7, que a decisão afetava "o destino do país", e anunciou formalmente que o presidente estava disposto a vetar o novo mínimo, caso o desmembramento não fosse revisto. Não foi, e o Executivo engoliu a derrota.

DESVIO DE RECURSOS. No dia 10, ao reunir-se com integrantes da Comissão do Trabalho da Câmara, o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, comunicou finalmente que o governo aceitava os R\$ 100 e desistia de exigir a desvinculação. Como bom avarento, o governo fez questão de não perder a pose: Stephanes comunicou que a bancada governista "exigiria" o aumento das contribuições previdenciárias dos trabalhadores.

Paim avalia que o governo só evoluiu da ameaça de Sérgio Amaral para a tentativa de conciliação de Stephanes porque percebeu que não lhe restava outra alternativa. No momento da decisão surgiram sinais de que os resultados da auditoria do TCU seriam divulgados a qualquer momento. O estudo, que veio à luz no dia 17, era suficiente para desmoralizar o veto even-

tual do Planalto. Ele revelou que: 1. O presidente FHC mentiu. Ao invés de déficit, a Previdência fechou 1994 com um superávit de R\$ 1,8 bilhão; 2. O saldo positivo só não foi ainda maior porque o governo Itamar Franco (lembra-se do nome do ministro da Fazenda?) desviou, para cobrir rombos do Tesouro, R\$ 659 milhões destinados à Previdência.

O bico é de tucano;
a mão, de vaca

O "PULO DO GATO" DO ORÇAMENTO

O Palácio do Planalto enviou ao Legislativo, no dia 16, a proposta do governo para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1996. O ministro do Planejamento, José Serra, coordenador da equipe que redigiu o projeto, explicou sua importância: "É o esqueleto do Orçamento do próximo ano", disse ele. Serra também antecipou que a idéia básica do texto é o que o Palácio do Planalto chama "austeridade". Se o Congresso aprovar a lei, os salários dos servidores públicos sofrerão novo arrocho, já que os gastos com eles serão reduzidos a 56% da receita líquida da União. Além disso, cairão drasticamente os investimentos das estatais e órgãos públicos, assim como transferências de recursos aos Estados e Municípios. Restringe-se a possibilidade dos parlamentares apresentarem emendas para destinar dinheiro a projetos que beneficiam suas regiões. Por fim, as normas ampliam de modo sensível a margem de manobra com que o governo conta para manejar as verbas arbitrariamente, sem controle do Parlamento.

Devido a estas características, a proposta mereceu avaliações muito contraditórias entre si. Foi muito criticada no Congresso — inclusive por aliados do governo — em parte porque reduz o poder clientelístico dos deputados e senadores. E mereceu tratamento editorial nitidamente favorável da grande imprensa, que a saudaram como "modernizadora" e "anti-fisiológica".

O DESTINO DO FSE. Talvez o exame de algumas informações sobre as contas do governo, divulgadas nos últimos dias, ajude a formular uma terceira opinião. Os fatos demonstram, em primeiro lugar, o Executivo obteve, desde o fim de 93, poder de manipulação do Orçamento muito superior à de qualquer "máfia" já organizada por parlamentares corruptos. Também revelam que cresceu de modo explosivo, nos últimos quatro anos, as despesas com pagamentos de juros, perto das quais as emendas fisiológicas dos deputados não passam de brincadeiras inocentes.

As primeiras notícias dizem respeito ao uso que o Palácio do Planalto vem dando

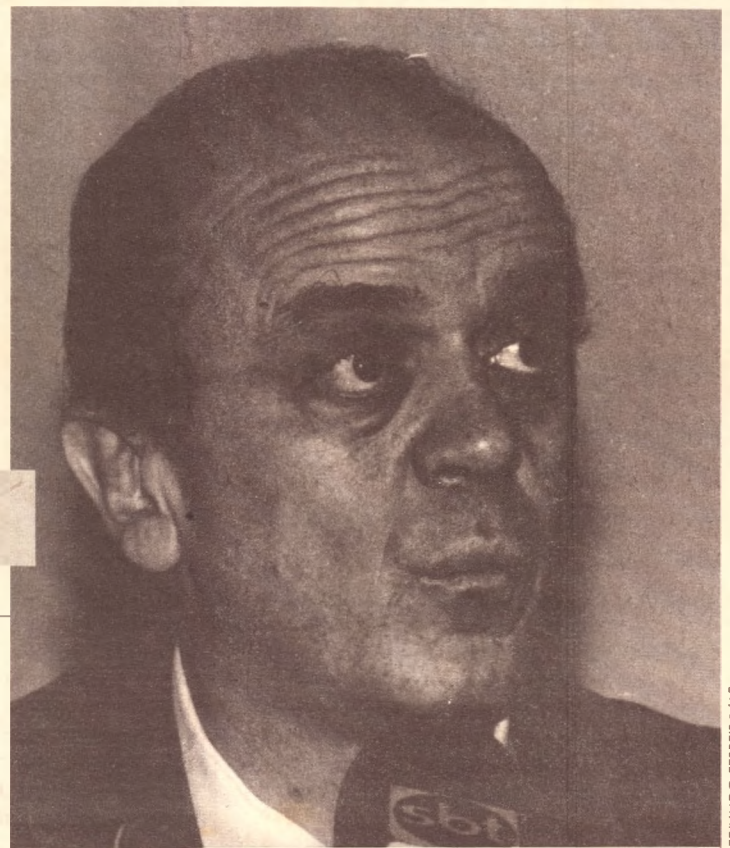
ao Fundo Social de Emergência (FSE), criado há quin-

ze meses a pretexto precisamente de promover "austeridade" a do Tesouro. No início de abril, uma auditoria do Tribunal de Contas da União revelou que, entre o ano passado e este, 48% dos gastos sustentados pelo FSE são incompatíveis com o caráter "social" do Fundo. Manejado pelo ministério do Planejamento, ele chegou a ser usado para pagar itens folclóricos, como a adaptação de videocassete do Palácio do Planalto, e reparos no automóvel do ex-presidente Ernesto Geisel... O FSE é um fundo bilionário: em 1995 sua receita deverá atingir R\$ 23,2 bi, e o Palácio do Planalto já especula que tentará prorrogá-lo nos próximos dois anos.

JUROS ARRASADORES. O buraco provocado no Orçamento pelo pagamento de juros é ainda mais inaceitável, porque se trata de recursos transferidos di-

retamente pelo Estado aos grandes grupos econômicos que se deleitam na "ciranda financeira". Com base em documentos oficiais do Executivo, o deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO) calculou que ao longo do ano passado os juros da dívida interna pagos aos credores da União custaram 10,6 bilhões de dólares, uma soma semelhante à que foi consumida pela França e a Inglaterra, ao longo de uma década, na construção do túnel sob o Canal da Mancha. Este ano, prevê Aldo, o rombo deverá pular para US\$ 14,6 bi.

Com base nesses fatos, Aldo acaba de apresentar um projeto de lei que merece ser examinado com atenção. Ele limita o pagamento anual de juros, externos e internos, a 30% da receita tributária da União, Estados e Municípios. No caso da União, se a lei fosse aprovada o desperdício seria cortado pela metade, num ano como 1995.



EDIVALDO FERREIRA/AE

Para os EUA, um mar de concessões. Para os trabalhadores, o mínimo

Os dois presentes para Clinton

Antes de viajar, FHC mexeu muitos pauzinhos para agradar os americanos

A viagem de Fernando Henrique aos Estados Unidos foi cuidadosamente preparada para transformar-se na arrancada para uma espécie de "relançamento" do governo. Se o presidente obtivesse êxito junto às autoridades norte-americanas, parece ter calculado o Palácio do Planalto, seria possível reverter o desgaste dos primeiros meses de governo, coesionar de novo as forças que se uniram para eleger FHC mas parecem a cada dia mais dispersas, refazer uma maioria firme no Congresso Nacional. A importância que o Executivo dispensou ao tema contrasta com o descaso com que tratou o reajuste do salário mínimo. Para tentar assegurar sucesso nos EUA, o chefe do governo envolveu-se pessoalmente na negociação de pelo menos duas decisões políticas que eram aguardadas por seu colega Bill Clinton.

A primeira diz respeito à aprovação pelo Congresso Nacional de uma "lei de patentes". Um projeto inicial, já aprovado pela Câmara dos Deputados, tramita no Senado há cerca de dois anos. Estabelece inúmeras concessões ao capital externo — em particular às gigantescas multinacionais que dominam em todo o mundo as indústrias de medicamentos e de matérias-primas agrícolas, e querem mantê-las sob controle quando vier em definitivo a era da engenharia genética. Criticadas pelas forças de esquerda, pela Igreja católica e pelos laboratórios farmacêuticos nacionais, as concessões são no entanto consideradas "insuficientes" pelo governo norte-americano.

O presidente da República pressionou pessoalmente o Senado para que este atenda às "exigências" que ainda não foram satisfeitas. Desde o final de março, o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PSDB-ES), passou a articular-se com o relator da matéria, Ney Suassuna (PMDB-PB), para pedir-lhe que apresentasse sem demora seu parecer, e para que o redigisse de modo a eliminar as controvérsias com a posição dos EUA. O objetivo era permitir que o tema fosse a voto antes de encerrada a jornada norte-americana de FHC.

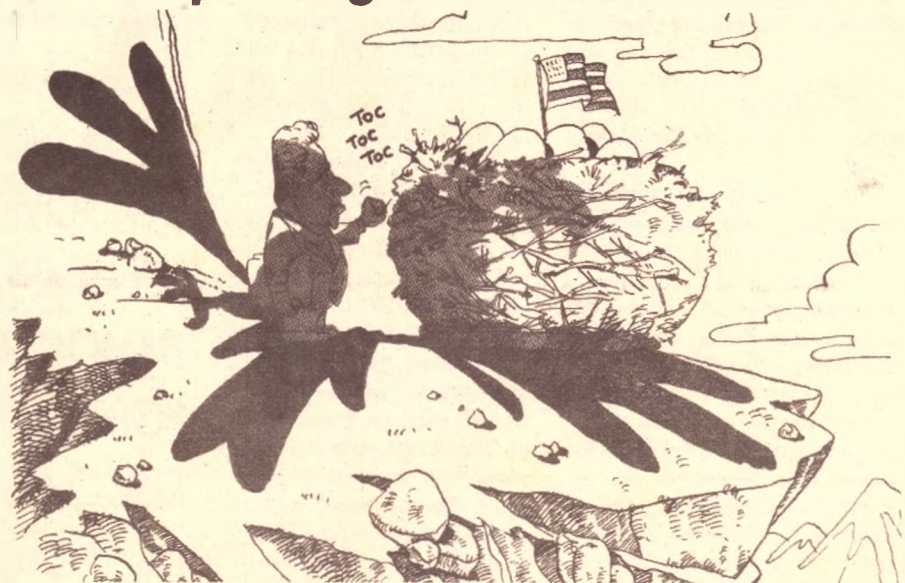
Suassuna cedeu. Entre outras medidas, seu relatório elimina o prazo de cinco anos, previsto pela Câmara para que a indústria farmacêutica brasileira se adapte ao sistema de patentes; e aceita o 'pipeline', mecanismos que permite patentear produtos antes mesmo que tenham sido desenvolvidos por completo.

A "COISA CONCRETA": Até as vésperas da viagem, a aprovação do texto em plenário não estava, porém, assegurada. Foi então que o Presidente assumiu de forma aberta sua disposição de satisfazer o governo dos EUA. Na noite do dia 11 ele jantou com um conjunto de senadores influentes, e ao debater a lei de patentes lhes disse, segundo versão do jornalista Jânio de Freitas que o Palácio do Planalto não procurou desmentir: "Eu não posso dizer ao Clinton que tenho problemas e que

esses problemas me impediram de levar a ele uma solução. Eu preciso de uma coisa concreta para levar"...

Um esforço muito semelhante foi feito pelo Executivo para dar ao governo norte-americano algum "sinal" de que as emendas neoliberais à Constituição têm fortes chances de ser aprovadas pelo Congresso brasileiro. A tática, nesse caso, foi tentar garantir a aprovação, nas comissões especiais da Câmara que examinam as cinco propostas do governo, de pelo menos duas delas: a que entrega a distribuição de gás de rua ao capital privado e a que equipara, constitucionalmente, as empresas multinacionais às de capital nacional.

DIFICULDADES NO CONGRESSO. Apesar de todas as providências de Fernando Henrique, não era possível dizer, em 19 de abril, se a ofensiva do Palácio do Planalto surtiria efeito. Por dois motivos: primeiro, não havia sinais de que o Congresso estivesse tão inclinado quanto o governo a dar demonstrações de subserviência. Em especial no debate sobre as patentes, destacava-se a resistência dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Benedita da Silva (PT-RJ).



Além disso, e igualmente grave para o governo, os parceiros de FHC no exterior não pareciam satisfeitos com os sinais de "boa-vontade" emitidos pelo Presidente. Um dia antes da viagem aos EUA, funcionários do governo norte-americano resolveram queixar-se do aumento de alíquotas de importação, decretado

no início do mês pelo ministério da Fazenda do Brasil para tentar salvar o Plano Real. E no dia em que Fernando Henrique aterrisou em Nova York, os dois mais influentes jornais norte-americanos publicaram anúncios da multinacional farmacêutica que qualificam o Brasil como "nação-pirata".

PRIVATIZAÇÕES SELVAGENS

Em menos de quinze dias, o ministro do Planejamento, José Serra, anunciou duas medidas de impacto na política de privatização das estatais. Em 5 de abril, ele divulgou oficialmente em Jerusalém, no encontro anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a intenção do governo de entregar à iniciativa privada, ainda este ano, 17 empresas. No dia 18, Serra compareceu à comissão especial da Câmara dos Deputados que estuda a quebra do monopólio estatal das telecomunicações para anunciar uma reviravolta na política de venda do setor. Os novos planos têm enorme semelhança com os apresentados no início do governo Collor. Anunciados durante a visita de FHC aos EUA, parecem, além disso, feitos sob medida para viabilizar a transferência completa da Telebrás para particulares.

O fato do primeiro anúncio ter sido feito durante encontro importante da comunidade financeira internacional reforça a impressão de que o governo brasileiro está decidido a adotar uma estratégia de alto risco para fazer frente à crise financeira do neoliberalismo, que já vitimou o México. A idéia é oferecer atrativos cada vez mais irrecusáveis ao capital externo, para evitar que ele deixe o país em busca de segurança

nos EUA, onde além disso as taxas de juros estão em alta.

CONCESSÕES EXPLÍCITAS. O documento que Serra distribuiu em Jerusalém chama atenção por dois motivos: 1. a importância das empresas de que o governo quer se desfazer. Compõem a relação duas empresas elétricas (uma delas, a Light, com ativos avaliados em US\$ 5,8 bi); a Copene, principal unidade do Pólo Petroquímico do Nordeste; a Rede Ferroviária Federal e o Banco Meridional. 2. A inclusão de um item especial que relaciona as concessões feitas, nos últimos meses, aos aplicadores estrangeiros. A lei brasileira, frisa o texto, já permite que eles "sejam proprietários de até 100% das companhias privatizadas". Além disso, prossegue, "o presidente FHC permitiu recentemente que o capital estrangeiro aumente sua participação no sistema financeiro do Brasil, no contexto da privatização dos bancos pertencentes ao Estado".

A mudança dos planos do governo para o setor das telecomunicações é ainda mais expressiva, explica José Palácio, diretor do Sindicato dos Telefônicos do Distrito Federal. Até agora, todos os ministros que haviam se pronunciado sobre o tema sustentavam que: 1. Palácio do Planalto não pretendia entregar a

Telebrás, mas apenas submetê-la à "concorrência saudável" de empresas privadas. 2. Não havia motivo para temer desassistência às regiões remotas, já que todas as atividades da Telebrás eram lucrativas.

TELEBRÁS ESQUARTEJADA. Nada disso permanece após o depoimento do ministro do Planejamento. Segundo Serra, o objetivo essencial do Executivo passou a ser "arrecadar cerca de 20 bilhões". Por isso, se prevalecerem os planos do governo, o Sistema Telebrás será desmembrado em cerca de sete empresas regionais mais facilmente adquiríveis — exatamente como propunha Collor. O ministro admitiu também que o governo não sabe como resolver os problemas sociais que surgirão em consequência do desinteresse dos compradores em operar em localidades onde os lucros são reduzidos.

O setor de telecomunicações tem sido marcado em todo o mundo por uma autêntica guerra, travada entre as grandes corporações que disputam seu controle, e estão ávidas por lançar tentáculos em países onde o potencial de expansão é grande. O Brasil, diz José Palácio, tem o segundo maior mercado potencial do planeta, menor apenas que o da China.

EDITORIAL

UMA VIAGEM PÍFIA

O presidente da República viaja para os Estados Unidos depois de trinta dias de desgaste político com as sucessivas manifestações públicas de Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro e Recife contra as suas propostas de reforma neoliberal da Constituição, particularmente a da Previdência Social.

É um equívoco dos opositores mais otimistas imaginar essa visita a Tio Sam como parte de um plano para "dar um tempo" a Fernando Henrique, longe do vexame das vaias, paus e pedras, das cidades brasileiras. Apesar de tudo, o equívoco não é tão grave assim, porque se é verdade que o desgaste político do chefe da nação ainda não lhe colocou a necessidade de um "refresco" fora do Brasil, é igualmente verdadeiro que ele foi para o exterior "recarregar suas baterias políticas".

Era uma oportunidade ímpar para FHC recuperar-se do desgaste que infernizou sua vida nos últimos dias e reconquistar a iniciativa política no momento em que as reformas da Constituição ocupam novamente o centro da vida nacional. O estilo requintado do príncipe dos

sociólogos permitiria que o seu retorno ao Brasil fosse transformado em pompa.

Mas as contradições internas do bloco governamental e a presença do sentimento democrático-popular na vida política nacional fizeram fracassar os planos do Palácio do Planalto.

Sobram evidências de que essa viagem foi programada seguindo uma estratégia de marketing para obter o maior dividendo político do encontro com Bill Clinton. O corre-corre atrás das "oferendas" com que o primeiro mandatário brasileiro pensava demonstrar ao Presidente do império americano o seu férreo compromisso com o Ajuste Estrutural e o Consenso de Washington foi a tônica dominante nos preparativos dessa turnê presidencial.

"Eu não posso dizer ao Clinton que tenho problemas e que esses problemas me impediram de levar a ele uma solução". Com essas palavras de Fernando Henrique para as lideranças do Congresso (no jantar articulado pelo vice-presidente Mar-

co Antônio Maciel) pouco antes da votação do projeto de Lei das Patentes pela Comissão de Constitui-

ao presidente dos Estados Unidos um troféu demonstrando o seu esforço para permitir às empresas e entidades estrangeiras tornarem-se donas de plantas medicinais brasileiras. Mas apesar dessa pressão do Executivo foi adiada a votação do projeto que prevê concessão imediata das patentes.

Essa foi talvez a principal derrota de FHC na preparação dessa viagem em que a simpatia do presidente e da imprensa americana poderiam lhe render dividendos importantes para a retomada da iniciativa e do prestígio político que necessita para disputar as batalhas mais duras da reforma constitucional a partir do mês de maio. No primeiro dia da comitiva brasileira nos EUA as manchetes escandalosas da imprensa americana patrocinadas por grandes grupos econômicos da área farmacêutica, de alimentos e biotecnologia eram uma mostra de que os planos de viagem do governo brasileiro enfrentavam contratempos.

Esses exemplos revelam muito claramente como a voracidade

neoliberal sobre o patrimônio do país não foi detida pela ameaça da falência mexicana, nem pela crise cambial de março (que nos fez perder, num abrir e fechar de olhos, 6 bilhões de dólares) e tampouco pelas manifestações de rua contra a reforma da previdência e o chefe do governo.

Assim, enquanto FHC cumpre sem muito sucesso sua agenda norte-americana, as forças políticas que lhe dão sustentação começam a se rearticular; e buscam retomar a iniciativa em cima de questões como a do salário mínimo de cem reais e a quebra dos monopólios estatais, que se encontra em discussão em cinco comissões especiais da Câmara.

Dentro desse quadro as forças do campo democrático popular precisam avançar na sua mobilização, denunciando o crescente caráter antinacional do governo tanto na viagem aos EUA quanto nas suas propostas de reformas econômicas.

É necessário revitalizar a luta política e construir uma clara consciência democrático popular capaz de mobilizar o país. Somente assim derrotaremos as reformas neoliberais do governo.

BRUNO MARANHÃO
DIRETOR DO BRASIL AGORA

AS DIVISÕES NO INTERIOR DO GOVERNO E O SENTIMENTO DEMOCRÁTICO- POPULAR PÕEM EM RISCO OS PLANOS DO PALÁCIO DO PLANALTO

ção e Justiça do Senado, ficou claro o quanto era importante para o chefe da nação brasileira entregar

BRASIL AGORA

DIRETOR: BRUNO MARANHÃO

EDITOR: ANTONIO MARTINS

REDAÇÃO: ARMANDO SARTORI, CECÍLIA LUEDEMANN, MARISA LOURENÇO, MYRIAM ALVES, WILLIAM AGUIAR

PROJETO GRÁFICO: CACO BISOL E FABIANO CIAMBRA

DIAGRAMAÇÃO: FABIANO CIAMBRA

ILUSTRAÇÃO: MARINGINI

PESQUISA DE FOTOS: RONNEY LOPES

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: ANTONIO CARLOS QUEIROZ, CARLOS OLIVEIRA, JACOB GORENDER, TERESA LAJOLO

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CECÍLIA LUEDEMANN - MTB: 14.915

ADMINISTRAÇÃO: MARIA RODRIGUES DE LOIOLA (CHEFE) E IVANILDA ALVES

CIRCULAÇÃO: ANA MARIA ALVES

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

RUA VICENTE PRADO, 134 - 01321-020 - SÃO PAULO - TELEFONE: (011) 605-5088 - FAX: (011) 605-5087

PUBLICIDADE: ELIANA ALVES MORAES.

ASSINATURAS

BELO HORIZONTE: ANTONIO DE PÁDUA CEBOLA (031) 226.3856 ou 222.3811

FORTALEZA: JOSÉ VITAL (085) 226.5311

RIO DE JANEIRO: PAULO MORANI (021) 262.5863 ou 234.2003

SÃO PAULO: (011) 605.5088

VITÓRIA: VANDA LÚCIA VIANA (027)228.4881

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 20 MIL EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS EM 20 DE ABRIL DE 1995

OPINIÃO TERESA LAJOLO

Esperança no encontro da Eslováquia

A cidade de Franca, que está ficando famosa por explorar o trabalho infantil em suas indústrias de calçados, foi lembrada em um encontro de entidades e lideranças de cerca de 40 países, ocupados em discutir o enfrentamento da política neoliberal. Isso ocorreu em março, na cidade de Banská Bystrka, Eslováquia. E por que Franca foi lembrada?

A usurpação da infância pelo trabalho é um fenômeno que proliferou pelo planeta. Dados da Unesco mostram que a exploração do trabalho precoce saltou, nos últimos dez anos, de 20 milhões para 200 milhões de crianças no mundo todo. Esse fenômeno se relaciona com a lógica da diminuição dos custos do trabalho, embutida na política neoliberal.

Os seres humanos, na maioria excluídos do investimento em sua educação, formação e qualificação profissional, são levados

a iniciar o trabalho mais cedo. E também a deixá-lo mais tarde. É a mesma lógica pela qual, no Brasil, o governo pede o fim da aposentadoria por tempo de serviço e a eliminação de custos com os direitos trabalhistas.

O encontro da Eslováquia debruçou-se sobre as decorrências do chamado ajuste estrutural imposto pelo Banco Mundial e o FMI. Por isso mesmo, foi independente da Cúpula Social da ONU, que ocorria na mesma época, só que patrocinada pelo Banco Mundial e o FMI. A reunião da Eslováquia, da qual participei com outros companheiros do PT, teve o nome de COI - Conferência Operária Independente.

Esse foi o terceiro grande encontro de um movimento por um "Acordo Internacional de Trabalhadores", que já se reuniu em Barcelona e Paris e promoveu conferências regionais na Améri-

ca do Norte, do Sul, Europa e Ásia sobre privatizações, trabalho do menor e trabalho forçado. A reunião da Ásia gerou um macro diagnóstico da destruição dos direitos das crianças pela política neoliberal. Na Eslováquia foi possível avançar, através do compromisso dos participantes com a organização de Tribunais Internacionais sobre o Trabalho Infantil. Como preparação ao do México, programado para 1996, um primeiro Tribunal será feito no Brasil ainda este ano.

Detenho-me na questão da criança por ser o desdobramento mais imediato da COI. Mas não é o único. A Conferência ocupou-se das várias "exclusões" provocadas pelo neoliberalismo, que vem agravando as condições de vida e trabalho das mulheres, retrocedendo em direitos históricos dos trabalhadores, mercantilizando a saúde e a educação e arra-

sando economias internas de países inteiros. Casos como o do México, que passou de exportador a importador de milho, ao entrar para o Nafta, foram comparados ao da Hungria, que tinha no leite a sustentação de sua economia e ao entrar para a União Européia obrigou os pequenos produtores a sacrificarem seu gado, garantindo mercado para importação do leite italiano.

Hoje uma grande preocupação da COI é o papel conferido às chamadas comunidades solidárias, por onde as instituições multilaterais fazem escoar esmolas para as sociedades que aceitam a submissão econômica e a destruição de suas políticas sociais públicas.

No Brasil, as comunidades solidárias já estão sendo usadas pelo governo para mascarar o desmonte do que existe de social no Estado.

VEREADORA EM SÃO PAULO (PT)

DIA DE TER RAIVA

O governo FHC emperra a demarcação das reservas, como os que o antecederam

Antigamente, todo dia era dia de índio. Quando deixou de ser, o Brasil adotou o 19 de abril como "Dia do Índio", instituído pelo Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1941. No ano passado, o ex-presidente Itamar Franco, para agradar os militares, decretou que o dia 19 de abril passava a ser, também o "Dia do Exército", data em que se comemora o aniversário da primeira batalha dos Guararapes, travada entre os holandeses de um lado e os portugueses e brasileiros do outro, em 1648.

Quando soube do ato de Itamar, o líder indígena José Alberto Makuxi reclamou: "Eles tentam surrupiar até nosso dia". O até fica por conta do resto que já esbulharam dos povos indígenas nos últimos quase 500

anos: suas terras, seus costumes, sua religião.

De acordo com o banco de dados do Instituto Sócio-ambiental, de São Paulo, das 523 terras indígenas existentes no país, apenas 263 foram demarcadas pelo órgão indigenista oficial e homologadas pelo presidente da República. As outras 260, ou não foram nunca reconhecidas ou se encontram em fase de identificação e delimitação.

Um dado ainda mais grave é que essas terras encontram-se, em sua maioria, segundo denunciam as organizações indígenas, invadidas por posseiros, garimpeiros, madeireiros, fazendeiros e outros ocupantes não indígenas.

"A demarcação continua sendo o grande desafio do movimento indígena", afirma o



JOSE VARELLA/AE

secretário do Conselho Indigenista Missionário, Francisco Loebens, irritado com o fato de que o governo FHC, a exemplo dos anteriores, continuar tratando a questão com desprezo, omissão e até conivência com os interesses antiindígenas.

O fato é que os 200 diferentes povos indígenas que restaram no Brasil — cuja população, somada, não alcança as 300 mil pessoas — vivem em constante, literal guerra pela sobrevivência física e cultural. Têm que enfrentar desde as forças que impedem a demarcação de suas terras na faixa de fronteira, a pretexto de "motivos de segurança nacional" — até posseiros que, sem terra para trabalhar invadem os seus territórios, mui-

tas vezes insuflados por políticos locais.

Para ilustrar esse último caso, basta lembrar que a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, tem insuflado as populações dos municípios de Montes Claros, Bom Jardim e Zé Doca, no sentido de impedir a demarcação das terras dos Krikati e dos Guajá, já determinadas pelo Ministério da Justiça. Por causa disso, ocorrem ali frequentes escaramuças entre índios e não-índios. No último dia 17 de janeiro, um Krikati foi assassinado, o que motivou a ida de um grupo de lideranças a Brasília. Numa manifestação em frente ao ministério da Justiça, o grupo estendeu uma faixa, questionando "Quem manda no Brasil: FHC ou Sarney?"

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ

No calendário, "dia de índio".
Na vida real, o desrespeito.

SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS EM 30 DE MARÇO DE 95

SEM PROVIDÊNCIA.....	63
INTERDITADAS.....	10
EM IDENTIFICAÇÃO.....	29
IDENTIFICADAS.....	30
IDENTIFICADAS E ENCAMINHADAS AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.....	23
DELIMITADAS.....	58
EM DEMARCAÇÃO.....	10
DEMARCADAS NÃO HOMOLOGADAS.....	37
HOMOLOGADAS.....	263
TOTAL.....	523

A VIA CRUCIS DA DEMARCAÇÃO

Vários povos estão demarcando suas terras por conta própria. A Funai endossa.

No início de abril, o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas (Capoib) realizou em Brasília a sua I Assembléia Geral. Participaram 203 líderes de 76 povos indígenas. No centro dos debates estava a questão da demarcação das terras. Segundo define o parágrafo primeiro da Constituição Federal, são terras indígenas aquelas habitadas por índios "em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

De acordo com o caput desse mesmo artigo, "compete à União demarcá-las, pro-

teger e fazer respeitar todos os seus bens". Segundo explica o assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário, Paulo Machado Guimarães, a demarcação é procedimento administrativo de natureza declaratória, que obedece a diversas fases.

A afirmação de Guimarães de que a demarcação constitui um ato administrativo de natureza declaratória é de grande relevância. Ela implica em que, ao demarcar uma terra indígena, a União está apenas reconhecendo uma situação de fato, garantida de antemão pela Constituição Federal. Isto é, os direitos dos índios sobre aquela terra são anteriores ao ato da demarcação.

Esta interpretação jurídica tem importância porque há outra, de caráter mais po-

lítico, segundo a qual, através da demarcação, a Funai estaria criando terras indígenas. Essa é a interpretação preferida dos setores contrários aos interesses indígenas.

Para que ocorra a demarcação, a União deve reunir elementos de prova da ocupação tradicional indígena. Esses elementos são colhidos através de estudos etno-históricos (antropológicos) e sociológicos na fase da identificação. Em seguida, procede-se à delimitação da terra em questão, isto é, à definição de seus limites geográficos. Esse procedimento é feito através de ato administrativo do ministro da Justiça, que determina, ao mesmo tempo, a sua demarcação (a colocação dos marcos geográficos nos limites da terra identificada).

Para preservar a integridade de povos indígenas, principalmente os isolados, a União pode determinar, ainda, a interdição de determinadas terras indígenas.

Feita a demarcação, o presidente da República determina, através de decreto, a sua homologação, o título da terra indígena, de domínio da União, é então registrado em cartório e depositado no cadastro do Departamento de Patrimônio da União (DPU).

Nos últimos anos, devido à falta de interesse e à morosidade do governo federal em demarcar as terras indígenas, vários povos trataram, eles próprios, de proceder à demarcação de suas terras. Surgiu então um novo conceito: a autodemarcação, hoje já reconhecida pela Funai. **A.C.Q.**

Nesta vida, morrer não é difícil
O difícil é a vida e seu ofício

Vladimir Malakousski

Na sexta-feira da Paixão dos moradores da rua Nova América, em Carapicuíba, município da Grande São Paulo, próximo a Osasco, na *caixinha de fósforos* de Edna e Lorinho, não há jejum, solidão, tristeza ou silêncio, ao contrário do que manda a antiga tradição. Entre copos de cerveja, os amigos e parentes se reúnem para falar sobre as condições de vida: "A Edna avisou que vinha uma jornalista saber como a gente vive com o salário." A notícia voou mais rapidamente que as moscas, pela rua estreita, de terra, esburacada, cheia de pedras e de lixo, como todas as que atravessam os bairros miseráveis do Brasil, e lotou a varanda da casa recém-construída no apertado terreno de dez metros de comprimento por três de largura.

"O pé de chuchu ajudou muita família necessitada, era sopa todo dia"

Enquanto tempera o raro bacalhau baiano, com azeite de dendê e leite de coco, acompanhado de quiabos e maxixes, Edna explica como o casal ergueu, na rua de barracos, a pequena casa de alvenaria. "Com o salário de empregada doméstica, de 200 reais, e de pedreiro, foi um sacrifício construir nossa *caixinha de fósforos*." Lorinho explica que se virou por conta, sem carteira: "Nas firmas o salário é de 180, 200 reais. Por isso é melhor tentar como

pedreiro diarista, com meu primo e meu vizinho Raimundo. Em fevereiro trabalhei as quatro semanas, com 20 reais por dia. Tirei 400 no mês. Março foi um fracasso, não consegui nada. Mas em abril peguei uma empreita." Edna comenta: "Mês passado, tivemos que pedir emprestado e passar com arroz e feijão, ovo e sardinha".

"A menina mais nova usa a roupa do menino, doada pela creche."

O vizinho Raimundo entra na roda: "O casal, para sobreviver tem que ser assim, unido, lutar junto. Com o salário que ganho alimento Reinalice e os moleques, Rodrigo e Raído, sem deixar faltar o leite das crianças. Mas se tiro só 200 reais, separo 60 para a comida. De mistura, só ovo. Na marmita só arroz e feijão, ou pão com mortadela."

A barulheira das crianças descalças, brincando com os cachorros junto ao esgoto que desce a céu aberto por uma vala coberta por pequenas tábuas soltas, invade a conversa dos adultos. Mas a voz cansada de Joana Souza de Almeida, de 55 anos, chama a atenção de todos, porque conta o drama de quem vive com ainda menos: só o salário-mínimo. "Meu marido, José Pedro, é carpinteiro e vivemos num barraco apertado com um filho de 18 anos doente, epilético, e dois netos menores. Sou obrigada a ca-

HUMILHADOS E OFENDIDOS

Como sobrevivem famílias de trabalhadores que ganham o novo mínimo de FHC - ou um pouco mais

tar os restos de verdura na feira para ajudar no arroz com feijão e ainda ouvir ofensas dos feirantes: 'Essa dona está catando lixo porque o marido gasta o dinheiro com as outras.' Já passei tão apertada que cheguei a viver do pé de chuchu da vizinha."

Zenilda Gonçalves Nascimento, 39 anos, que também vive do mínimo, confirma: "Naquela época não foi só você. Aquele pé de chuchu ajudou muita família necessitada. Era sopa de chuchu quase todo dia. O José, meu marido, é funcionário de um frigorífico em Carapicuíba. O salário mal dá para nós e meus três filhos menores. Moramos num barraco de dois cômodos e não temos nem café da manhã. O tiquete

"Pedi dinheiro pra comprar sardinha. É um salário de mendigo."

do leite foi cortado e pão, nem pensar. José comprou uma bicicleta velha para economizar condução. Na feira recolho os restos de legumes e frutas e cabeça de peixe. E

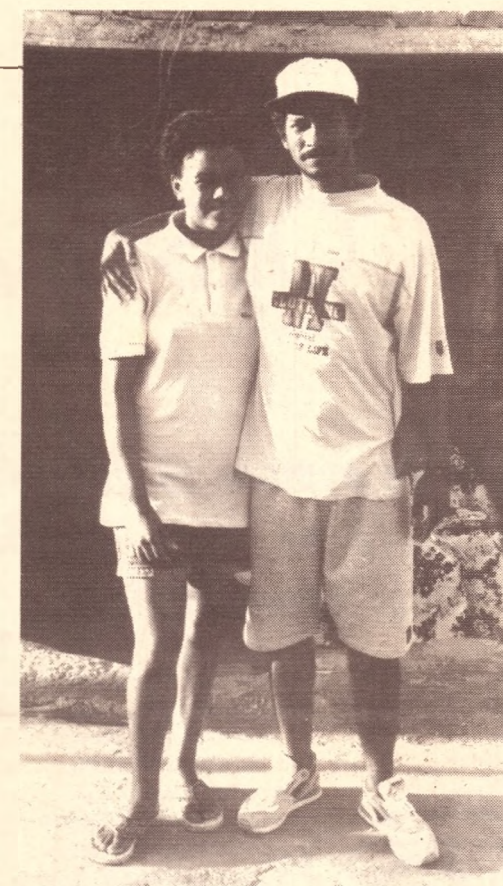
não ouvimos ofensas só dos feirantes, somos humilhados também pelos moradores da Cohab, que chamam as pessoas dos barracos de marginais. O novo mínimo do governo só paga o arroz, o feijão, o óleo e o sal, não dá nem para uma mistura fraca, como sardinha e ovo. Alegria do pobre só vem no fim do ano, com o 13º e as férias."

Um sorriso como o de Elis Regina ilumina a cozinha, espantando os pensamentos tristes. É Aparecida Alves, 37 anos, que trabalha "olhando o filho da vizinha". "Sou casada com Valton, letrista, 32 anos, e tenho três filhos menores. Com um salário baixo como o nosso nunca vamos ter um quejido, um presunto, um salame. Até o material escolar passou a ser luxo. Roupa? A menina, mais nova, usa a roupa do menino mais velho, doada pela creche. Se o presidente acha que esse salário está bom, que dá para viver, que fique com ele e dê o dele para nós."

Gargalhada geral. A bacalhoda está pronta para ser servida, mas a cerveja e o debate espantam a fome.



Na bacalhoda da sexta-feira santa, promovida por Edna e Lorinho (ao alto), em meio à animação, relatos da dura vida de Gessi (acima, à esq.), que vive com mais dez pessoas sustentadas pela pensão da sogra (acima, à dir.) e o salário da sobrinha; e da família de Mário (à dir.), que recebe salário mínimo e precisa da ajuda das irmãs



FOTOS: CECÍLIA LUEDEMANN



Mário Figueira, 50 anos, faxineiro, casado com a dona de casa Angeli, 43 anos, pai de 7 filhos, apaga o riso quando diz: "Ganho um salário de mendigo. Sou faxineiro numa empresa de transportes, recebo um salário de 70 reais e uma cesta de 85 para uma família de 9 pessoas. Moramos num barraquinho, dividido em quarto, cozinha e banheiro e dormimos amontoados: na cama de casal dormimos com o filho pequeno. No berço ao lado dorme minha bebezinha. Em frente, numa cama de solteiro, estão outros dois filhos. No colchão estendido na cozinha ficam mais dois, e outro no sofá. A compras terminam já no dia 15 do mês e sou obrigado a apelar para a ajuda das minhas irmãs. Durante os quatro dias da semana comemos apenas arroz e feijão, sem mistura. Vestimos as roupas usadas que ganhamos. Hoje, sexta-feira da Paixão, precisei pedir dinheiro para minha irmã para comprar um quilo

de sardinha. Parece que estamos vivendo de favor, que não trabalhamos. E ainda dizem: 'Amái-vos uns aos outros...'. O governo não dá nada, e tem um falatório que vão tirar nosso terreno, que é da Eletropaulo. Pra família viver um pouco mais folgada, o salário devia ser pelo menos mil reais, como disse a Hebe Camargo".

"O governo não dá nada, e tem um falatório de que vão tirar nosso terreno"

Edna insiste para que a bacalhoda seja servida. Mas as discussões continuam para fora da *caixinha de fósforos*, entre os barracos que se amontoam na subida da ladeira. Luizinho, aponta para um barranco e fala com indignação: "Sou jardineiro, desempregado, e vivo com minha família no meio desta sujeira junto com meus 7 filhos. Temos só o salário mínimo e a cesta que minha mulher recebe como faxineira. Por isso sou obrigado a catar ferro velho por 15 reais ao dia. Nosso dia-a-dia é o arroz com feijão, salada ou macarrão, sem mistura. Depois da eleição, não tivemos nenhuma notícia do prefeito. Continuamos com a ligação clandestina de água e luz, esgoto aberto, sem asfalto e sem o lixo recolhido."

Gessi Andrade Oliveira, 46 anos, convida a repórter para conhecer o seu barraco. Na rua esburacada avistam-se, além dos barracos, os prédios da Cohab 2 de Carapicuíba, que ganham uma imponente extraordinária, como se fossem palácios de nobres, separados de seus servos por um muro.

Gessi abre a porta. O sol de outono ilumina a parede cheia de quadros com fotos de família do barraco pequeno e escuro, onde moram 11 pessoas: "Minha situação é de desespero. Eu e meu marido, Antonio Carlos, 36 anos, encanador e auto-elétrico, estamos desempregados. Viemos para esta vila fugindo de marginais da favela do Jaguaré. Conosco moram nossas 4 filhas, nossas 4 sobrinhas e minha sogra. Apenas uma sobrinha de 17 anos está trabalhando como balconista de uma doceria no Shopping de Alphaville. Recebe 100 reais, sem registro. Minha sogra ajuda com a aposentadoria que recebe do INPS, mais 104 reais. Nossas compras do mês estão acabando, e passaremos fome. Sou crente da Igreja Pentecostal da Doutrina de Jesus. Fiquei desolada de ver tanto alimento, tanto leite em pó, armazenado com a assistente social da prefeitura. Não pude levar nada pra casa, disseram que tinha muita família na lista."

"O Cristo da Paixão somos nós", diz o faxineiro Mário num desabafo.

Visto pelos olhos e estômagos dos moradores da rua Nova América, o novo salário mínimo é, ao que tudo indica, um salto para o passado. "O Cristo da Paixão somos nós", diz o faxineiro Mário num desabafo, enquanto penteia o cabelo da bebezinha para a foto. Na pequena casa de blocos, Edna e "Lorinho" servem o bacalhau baiano. Na difícil arte de sobreviver, eles apontam o caminho: resistir com alegria e indignação.

CECÍLIA LUEDEMANN

A ópera dos cem reais

O mínimo parece fantasia: não se sabe se é para rir ou para chorar

O debate entre o governo e o Congresso sobre o salário mínimo de R\$ 100,00 tem muito de trágico. Trata-se, na verdade, da discussão sobre um aumento real de miseros R\$ 9,00, já que sua simples correção pelo IPC-r, como prevista em lei, o elevaria dos atuais R\$ 70,00 para R\$ 91,00. Esse é o lado risível da questão. O drama está em que, para quem ganha tão pouco, os R\$ 9,00 a mais fazem diferença: para um trabalhador da cidade de São Paulo, por exemplo, são cerca de 100 pãezinhos, ou 15 litros de leite C, ou 18 passagens de ônibus.

O atual nível do salário mínimo é o mais baixo desde a sua implantação, em julho de 1940. Em março deste ano, em termos reais, descontada a inflação, ele equivalia a apenas 16% de seu valor ori-

ginal. Se elevado para R\$ 100,00, se aproximará do valor pago no final de 1990, mesmo assim menos de um quarto do mínimo de 1940. Apenas um frescorço no inferno da vida de quem sobrevive com ele.

Não são poucos os que estão nessa situação: segundo dados do IBGE, publicados recentemente pela revista *Veja*, vivem com o mínimo 7,2 milhões dos 62 milhões de trabalhadores do país. E apenas 3,4 milhões têm carteira assinada. Eles se concentram principalmente no Sudeste (3,1 milhões), mas pesam mais no Nordeste, onde alcançam 14% do total dos trabalhadores.

Segundo o economista e professor da USP Paul Singer a elevação para R\$ 100,00 influenciaria diretamente a renda dos 30% mais pobres da população, o contingente que mais renda perdeu nos últimos anos. Ele

calcula que o impacto do aumento sobre o conjunto da massa salarial é minúsculo — 2,1%. O que significa dizer que a repercussão sobre o consumo e, possivelmente, a inflação, será modestíssima.

É cristalino que, mesmo com o aumento, o trabalhador nem de longe vai poder suprir adequadamente o conjunto de suas necessidades básicas, definidas pela lei que criou o salário mínimo em 5 grandes itens: alimentação, moradia, transporte, vestuário e saúde.

Do ponto de vista da alimentação, calcula o DIEESE, um trabalhador que recebe hoje os R\$ 70,00 teria que fazer hora extra até mesmo para conseguir ganhar o suficiente para comprar o básico apenas para o seu consumo individual. Seriam necessárias 225 horas de trabalho, enquanto a jornada legal é de 220 horas.

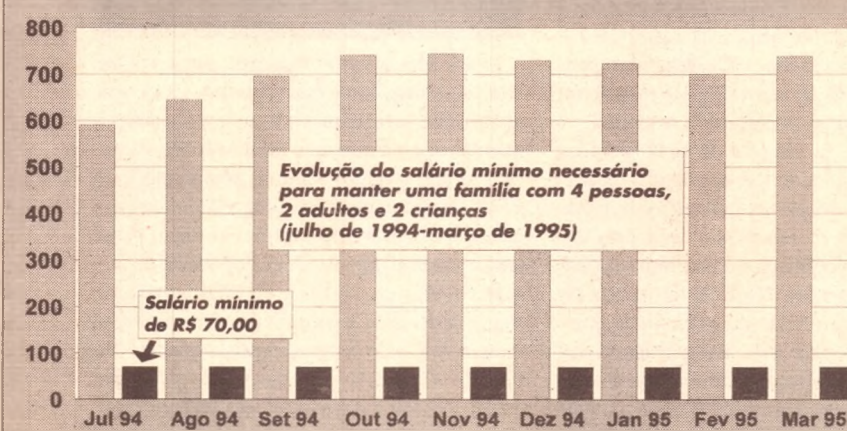
A partir desse cálculo, o DIEESE estima qual o valor do salário mínimo necessário para manter uma família padrão de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) de acordo com o que está estabelecido em lei. Se os R\$ 70,00 são insuficientes para alimentar o trabalhador, para garantir o sustento da família padrão seria necessário o equivalente a mais de três vezes esse valor (considerando que as duas crianças comem como um adulto). Os técnicos do DIEESE podenram, com base em pesquisas, que as despesas com alimentação pesam 36% no orçamento familiar.

Dai, estimam os 64% destinados aos demais itens. Em março deste ano, o cálculo do salário mínimo necessário para manter a família padrão alcançou R\$ 739,24. Ou seja, 7 vezes e meia o mínimo em discussão. É para rir ou para chorar?

A.S.

Falta cada vez mais salário

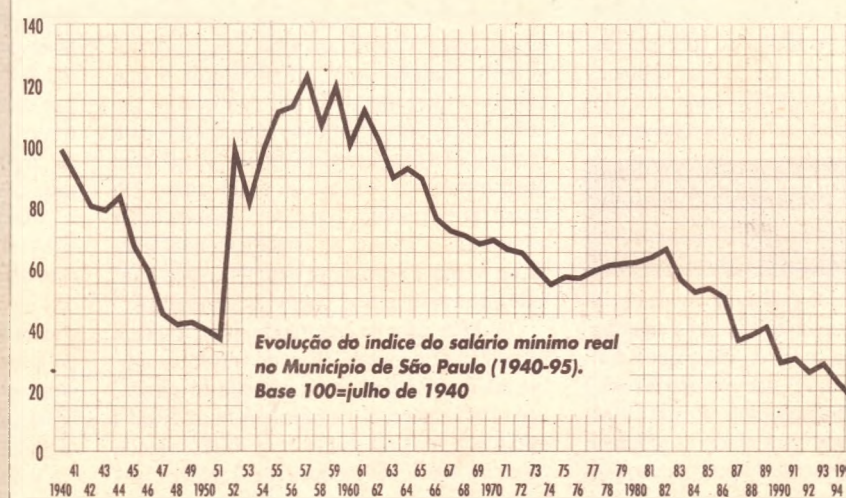
Apesar da queda da inflação após o início do Plano Real, o salário mínimo necessário para manter uma família permaneceu muito distante daquele que o trabalhador recebe de fato no final do mês — em julho do ano passado, o mínimo de CR\$ 70,00 equivalia a apenas 11,6% do necessário, mas em março deste ano não chegava nem a 9,5%.



FONTE: DIEESE

O mínimo no fundo do poço

Desde a sua criação, o salário mínimo vale cada vez menos — só foi valorizado no período 1955-60. Mas em 1994-95 ele atingiu seu ponto mais baixo: vale menos que um quarto de seu valor real original de 1940.



FONTE: DIEESE. *MÉDIA DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1995

DINHEIRO QUENTE E INTENÇÕES FRIAS

A proposta furada de Malan para nos salvar do hot-money

Não se pode dizer que Pedro Malan, ministro da Fazenda brasileiro, seja uma pessoa de más intenções. Funcionário público há muitos anos, honesto, dedicado, Malan tem ainda, a seu favor, o crédito de ter sido crítico do regime militar e de sua política de endividamento externo nos anos 70: "O rabo está balançando o cachorro", disse ele naquela época, referindo-se ao fato de que os compromissos para pagamento da dívida externa haviam assumido o controle da economia do país. Nos últimos dias, Malan andou correndo mundo como Don Quixote de uma causa que ele próprio qualifica de "visionária": convencer os controladores das grandes instituições internacionais de crédito a criar uma reserva para auxiliar países pobres em dificuldades diante do chamado "hot-money", dinheiro que se desloca bruscamente de um país para outro e que pode desestabilizar as economias. Malan foi à Alemanha, esteve com os ingleses e, como o presidente Fernando Henrique Cardoso é uma espécie de propagandista do mesmo projeto, foi com ele aos EUA para aprofundar a discussão da proposta. O assunto seria o principal ponto da agenda de discussões entre o presidente brasileiro e o americano Bill Clinton.

Malan tem razões para estar preocupado com o hot-money. Neste ano, de janeiro até meados de março, sem contar os pagamentos da dívida externa, o Brasil perdeu perto de 6,5 bilhões de dólares, principalmente capitais de curto prazo, que começaram a sair com a quebra do México no final de 94 e tiveram uma espécie de "estouro de boiada" nos dias seguintes à primeira desvalorização do real, há um mês. O presidente norte-americano também sabe perfeitamente que o tema é pertinente: as entidades criadas após a Segunda Guerra para supervisionar as finanças internacionais — o FMI, o Banco Mundial — estão em crise. Depois que cerca de 20 bilhões de dólares deixaram o México em menos de um mês, ele próprio teve de comandar — conta-se que em uma noite, e tendo de pisar nos calos de alemães, japoneses, franceses e mesmo norte-americanos do Partido Republicano, que mal foram informados da operação — um verdadeiro assalto de 50 bilhões de dólares aos cofres do Tesouro dos EUA, do FMI e do BIS (uma espécie de banco central dos bancos centrais), para montar uma operação de salvamento dos investidores mexicanos e do sistema financeiro.

Malan tem razão de estar aflito, e pede pouco. Mas Clinton parece ter coisa mais importante para fazer

Alem disso, Malan está sendo modesto nas suas pretensões e as limita às regras vigentes. Antes de partir para os EUA, disse que o fundo contra o "hot money" não precisaria reunir mais que os 28 bilhões de dólares que o FMI já reserva atualmente para ajudar o grupinho de países ricos em caso de dificuldades imprevisíveis nos seus balanços de pagamentos. E que o próprio FMI é que discerniria, entre os po-



Me deram de esmola só dólares e reais. Está na hora do Banco Central tomar providências

bres, quem merece a ajuda e quem não; de fora, por exemplo, ficariam os que deixaram de fazer os "ajustes" de política econômica, e os que não praticaram a "austeridade fiscal", os cortes de gastos públicos tão em moda ultimamente.

É claro que, se achar que o Brasil vai quebrar amanhã ou depois, deixando o mercado em risco, Clinton tentará assaltar novos fundos para fazer com que alguém, digitando os códigos certos, coloque dólares na conta do Banco Central brasileiro. Ronald Reagan já fez isso em setembro de 1982 quando o Brasil quebrou no início da grande crise da dívida externa do Terceiro Mundo. (Na ocasião, a ajuda foi acertada, por telefone. E foi dada secretamente: para impedir que a quebra brasileira fosse divulgada antes das eleições de novembro daquele ano). O problema é que Clinton espera que o Brasil não quebre tão cedo. E tem coisas tão mais importantes para fazer na área financeira, no momento, que será preciso pisar no pescoço de muita gente. Do Brasil, por exemplo. Tome-se o caso do dólar americano, a moeda na qual Fernando Henrique, Malan e outros intelectuais de boa vontade ancoraram o real, cheios de esperança.

O dólar vem se enterrando numa espécie de pântano financeiro. Quando substituiu a libra esterlina inglesa como a moeda do mundo, após 1945, oferecia garantias em ouro. E até o início dos anos 60 se manteve forte, valendo cerca de 400 ienes japoneses e 4 marcos alemães. De meados dos anos 60 em diante — com os governos americanos imprimindo dó-

lares para financiar despesas, particularmente a Guerra do Vietnã — o dólar começa a cair. O governo Nixon, em 1971 e 1973, rompeu unilateralmente os acordos do pós-guerra e suspendeu, primeiro parcialmente e depois completamente, as garantias em ouro. O governo Reagan, em 1981, elevou os juros aos níveis mais altos da história do capitalismo, para atrair capitais para os EUA e valorizar a moeda americana. Foi bem sucedido nesse objetivo, de início — o dólar se valorizou. Em consequência, no entanto, o Terceiro Mundo quebrou, sob o peso dos juros da dívida. E o Tesouro americano — sobre cujas costas caem os custos da elevação dos juros, pagos aos que compram títulos públicos — foi acumulando uma montanha de débitos. Depois da curta recuperação, o dólar voltou a cair. E, nos últimos tempos, a cair vertiginosamente. Hoje, vale menos de 1,4 marco; menos de 85 ienes. De dezembro para cá, já perdeu 20% de seu valor, em relação ao iene. O que Clinton pode fazer a respeito?

Na véspera da viagem de FHC para os EUA, sob pressão americana, e depois de difíceis discussões dentro da coligação de partidos no governo, os japoneses baixaram um pacote de gastos públicos e reduziram sua taxa de juros a 1% anuais. No final de março, os alemães já haviam reduzido sua taxa de juros básica, de 4,5% para 4%. O significado das medidas é claro: os capitais se movem dos juros mais baixos para os juros mais altos; baixando os juros, os japoneses e os alemães estimulam a migração de capital para os EUA, ali-

mentam a procura por dólares e elevam seu preço nos mercados mundiais de moeda.

Ocorre, porém, que nada disso foi suficiente. No último dia 16, numa reunião de uma hora, na Indonésia, durante encontro de ministros da Fazenda da orla do Pacífico, o Secretário do Tesouro americano, Robert Rubin disse a seu colega japonês, Masayoshi Takemura: os mercados e os analistas do mercado foram "virtualmente unânimes" em qualificar como insuficientes os esforços japoneses para seguir as recomendações americanas. O ministro japonês prometeu reforçar o pacote, com mais gastos públicos e mais incentivos para a compra de produtos americanos por seu país, a serem apresentados em dois meses. E fez uma proposta: por que os americanos não emitem títulos de dívida em ienes?

A sugestão foi como um tapa de luvas, um desafio. Quem emite papel em moeda de outro país é país fraco. Como o Brasil, por exemplo, que se endivida com papéis que pagam juros mais a desvalorização do real em relação ao dólar, para impedir que os que lhe emprestam dinheiro fujam da nossa moeda para a moeda americana. "Os representantes americanos consideram que títulos em ienes do governo dos EUA seriam uma admissão de fraqueza — uma admissão de que os Estados Unidos não conseguem financiar sua dívida", disse o *Wall Street Journal*, o grande diário dos meios financeiros norte-americanos, a quem Rubin contou sua conversa com Takemura. Para os americanos, que logo mais vão comemorar os 50 anos de sua vitória na guerra contra o Japão, resta outra saída — aliás, já sugerida pelos alemães e pelo diretor-geral do FMI, Michel Camdessus: elevar os juros internos.

O dólar se afunda num pântano financeiro. Valia 400 ienes no pós-guerra, caiu para apenas 85

Para Malan, isso é horrível, como sal em cima de lesma. Juros mais altos nos EUA seriam um chamariz para o hot-money; os dólares quentes que ele quer que fiquem no Brasil, serão, assim, atraídos para os americanos. Os EUA seriam capazes de uma vilania dessas? Não é que seriam. Já foram. No início desse ano, enquanto organizavam a operação de resgate ao México, os EUA elevaram em 0,5% sua taxa de juros básica — a sétima elevação em um ano. Se o centro das preocupações dos Estados Unidos fossem os peixes pequenos, como o Brasil e o México, isso seria um loucura. A persistente elevação da taxa de juros dos EUA a partir do início de 1994 foi precisa-

mente a causa fundamental da inversão do fluxo de capitais internacionais que fez desmoronar os "milagres" dos planos de estabilização ancorados no dólar (ver matéria a seguir). Subindo os juros de novo, os EUA afundarão ainda mais o México e Brasil, enquanto Clinton faz pacotes de emergência e recebe representantes oficiais desses governos para discutir projetos de boa-vontade.

O EUA pediram ao Japão juros mais baixos. Como resposta, receberam a luva na cara

A história se move por interesses e não por intenções piedosas, dizia, com razão, o italiano Maquiavel. Acima de tudo, para os americanos, estão seus interesses. Eles estão se lixando para o mundo, dizem críticos dos rumos que está tomando a economia mundial. À esquerda e à direita, de Maria Conceição Tavares a Delfim Netto. Hoje, a dívida pública americana é de 5 trilhões. Em dólares; não em marcos, ou ienes. E a cada ano, desde 1980, vem se elevando à base de mais 200 bilhões de dólares por ano. Além disso, encorajados por essa li-

berdade monetária — de dever e pagar em sua própria moeda — os americanos fizeram uma espécie de keynesianismo às avessas. Depois da Depressão de 30, o Estado americano se endividou para recuperar o emprego e o investimento público.

Agora, o país foi transformado numa espécie de shopping-center mundial às custas do Estado: a dívida pública foi usada para alimentar a concentração de renda, o crescimento baseado no consumo restrito e num nível elevado de desemprego e para financiar, em última instância, as compras no exterior. Hoje, os EUA consomem mais de 25% de tudo que se produz em Hong Kong; cerca de 20% de toda a produção do Canadá; mais de 10% de tudo que fazem a Malásia e o México; perto de 5% do produto nacional da Austrália, Coréia do Sul e Holanda; e por volta de 3% de tudo que se faz no Brasil, Alemanha, França, Japão e Inglaterra. Desde os anos 80, compram no exterior muito mais do que vendem, têm um déficit de balança comercial de mais de 100 bilhões de dólares todo o ano.

Para manter o esquema de rolagem e elevação da dívida americana, portanto, são ne-

cessários capitais de todo mundo. Com a queda acentuada dos juros, que ocorreu especialmente entre 1989 a 1993 — de final do governo Bush e início do governo Clinton, para forçar uma recuperação da economia americana que havia mergulhado em recessão — começou a faltar dinheiro para financiar o centro do império. As elevações de juros feitas pelos Estados Unidos nos últimos meses foram um remédio para esse problema. Os estrangeiros voltaram a realizar compras líquidas de papéis (renovar os antigos e comprar novos) do Tesouro americano. Em 1994 essas compras líquidas foram de 77,65 bilhões de dólares. O total do ano passado é mais de três vezes superior às compras líquidas por estrangeiros em 1993.

A saída dos americanos para tapar o buraco de seu déficit é terrível para Malan. É como sal na lesma

A maioria das compras de 94 — 41,44 bilhões de dólares — foi feita por governos e bancos centrais, que intervieram no mercado de moedas para evitar a queda do dólar (depois de comprar dólares no open-market, esses investido-

res institucionais os trocam por papéis do Tesouro americano). É evidente que, se o dólar não pára de cair, o rendimento que o investidor obtém com a taxa de juros mais alta se perde com a desvalorização da moeda. E que a solução — para os EUA, é claro — é fazer nova elevação das taxas de juros internos.

E os americanos vão em frente, impunes. No início de abril, a nova maioria republicana na Câmara dos Deputados dos EUA aprovou um projeto fiscal de 189 bilhões de dólares em cinco anos — não de elevação de impostos para pagar parte de suas dívidas; mas, de redução de impostos, para estimular a economia e o crescimento! Diante disso, o que se pode dizer da proposta de Pedro Malan, que depositava tantas esperanças no dólar? No máximo, que, de boas intenções, o inferno está cheio. O Real deveria recuperar a economia brasileira da prostração histórica em que ela se meteu para pagar a dívida multiplicada pelos juros monumentais da época de Reagan. A nova moeda se apoiaria nos dólares americanos e nos juros baixos. Agora, com juros altos nos EUA, os dólares não vêm e a dívida fica maior.

CARLOS OLIVEIRA

AS TAXAS DO IMPÉRIO

Os juros americanos caíram nos anos 60-70, época do "milagre" dos militares. E caíram de novo, de 1989 a 1993, período da euforia "neoliberal". Agora, sobem.

No mundo capitalista, o dinheiro é a medida de todas as coisas. E a taxa de juros — a remuneração paga pelo dinheiro emprestado — é o indicador essencial. O gráfico mostra a evolução dos juros cobrados pelos principais bancos americanos do início dos anos 60 até agora. São os juros reais, isto é, descontada a inflação. Essa taxa cai, dos anos 60 até meados dos anos 70, em função de uma alta crescente dos preços nos EUA. O "milagre brasileiro", um crescimento espetacular da economia durante a ditadura militar, com base em empréstimos externos, pode ser associado a essa queda de juros internacionais: os capitais vem para o Brasil atraídos por remunerações mais altas.

A partir do final de 1973, reagindo à desvalorização crescente do dólar, um cartel liderado pelos árabes, faz sucessivas e drásticas elevações do preço do barril de petróleo. Todos os países capitalistas desenvolvidos dão início, então, a dramáticos programas de reajuste. O Brasil, comandado pelo general Geisel, ao contrário, tenta manter o crescimento dos anos do "milagre", multiplicando os pedidos de empréstimos externos e projetos estatais grandiosos. Mais uma vez, a taxa de juros internacional é o elemento decisivo: abarrotados de dólares de-



positados pelos árabes, os bancos internacionais fornecem ao Brasil montanhas de dólares.

No início dos anos 80, veio a conta. Para conter a inflação interna, o governo Reagan faz disparar os juros. Como os empréstimos dos

bancos eram a juros flutuantes, a carga que o país tem de pagar é brutal. De 1983 até 1991 o país passa a fornecer capitais para alimentar o centro do sistema capitalista.

A taxa de juros americana promove nova virada no movimento

dos capitais internacionais com a queda pronunciada que experimenta de 1988 a 1993. Os capitais voltam a sair do centro do sistema para a periferia. E é, então, a vez dos milagres "neoliberais". O que vem, no entanto, são maci-

çamente capitais de curto prazo. É o hot-money: desta vez, o dinheiro disponível nos países ricos estava concentrado em fundos de curto prazo, de onde se entra e sai frequentemente por ordens telefônicas.

C.O.

HERANÇA TRÁGICA

A colonização europeia está na raiz dos problemas que opõem tutsis e hutus em Ruanda e Burundi

O último dia 6 de abril marcou o primeiro aniversário do início da guerra civil em Ruanda, o sangrento acontecimento que opôs as etnias hutu e tutsi. Simbolicamente, o novo governo começou o julgamento de cerca de 20 mil suspeitos de terem participado de massacres durante o conflito. Segundo estimativas, morreram pelo menos 5% dos cerca de 8 milhões de habitantes do país. E no mínimo o dobro de pessoas fugiu para os países vizinhos.

Uma guerra civil em Ruanda matou 5% da população, e expulsou o dobro para países vizinhos

Os relatos apontam como responsáveis por esses crimes principalmente (mas não só) os hutus. Hordas compostas por soldados do Exército (com predominância hutu), milicianos e civis hutus invadiram bairros e vilarejos onde viviam os tutsis e os mataram a golpes de machado e tiros, sem respeitar idade ou sexo.

Há testemunhos de que, em menor escala, tutsis teriam agido da mesma forma. Entre as complexas causas da tragédia ruandesa, a intromissão externa é, provavelmente, uma das mais fortes, embora quase sempre exposta com pouca ênfase. As explicações mais banais giram em torno do "ódio secular" que oporia as "raças" hutu e tutsi, identificadas por origens e aspectos físicos diferentes.

Os tutsis (14% da população) vêm do Norte, da região ao Sul do Nilo. São altos, longilíneos, têm nariz afilado. Os integrantes da maioria hutu (85%) chegaram do centro do continente, são mais baixos e atarracados, têm nariz mais largo. Em outras palavras, são "mais" negros. Pouco se fala, no entanto, do papel desempenhado pelos colonizadores da região — Alemanha e Bélgica — e de suas responsabilidades.

Até perto do final do século 19 Ruanda era um reino independente. Nessa época, a Alemanha estabeleceu ali um protetorado. A dominação alemã estendeu-se também ao Burundi, reino-irmão de Ruanda, composto por populações de mesma origem e língua. Os alemães permaneceram até o final da I Guerra, quando cederam lugar aos belgas.

Os dois reinos formaram-se por volta do século 17, calculam os historiadores. Neles, os tutsis tinham um papel especial: dentre eles eram escolhidos os reis e os guerreiros que protegiam os reinos. Haviam chegado à essa região, situada nas terras altas orientais da África, próximas do Oceano Índico, num dos



Prisioneiros hutus à espera de julgamento em Ruanda

grandes movimentos migratórios por que passou o continente cerca de três séculos antes.

Encontraram ali já estabelecidos os hutus, originários do Ocidente africano, e os twas, povo pigmeu, ao que tudo indica os primitivos habitantes do lugar. Esses três povos tinham diferenças em sua organização social e cultural. Os tutsis empregavam seu tempo principalmente no pastoreio. Deslocavam-se com frequência nos limites da região e aperfeiçoaram as habilidades guerreiras, necessárias para a defesa do gado contra animais selvagens e outras tribos. Já os hutus, mais especializados na agricultura, tinham vida sedentária, eram mais apegados à terra. Os twas viviam do que coletavam e caçavam na mata.

As explicações vulgares da imprensa falam em "ódio secular" que oporia duas raças negras

Com o passar do tempo as habilidades de cada um desses povos foram transmitidas aos outros. Assim, no momento em que os europeus os "descobrem" organizados em reinos, as diferenças culturais e

sociais originais estavam relativamente aplainadas. "O reino de Ruanda não se baseava unicamente nas instituições sociais dos tutsis", explica o professor Carlos Serrano, angolano naturalizado brasileiro, vice-diretor do Centro de Estudos Africanos da USP. "O que havia era uma soma das sociedades hutu e tutsi. O rei numa sociedade africana tem principalmente uma função ritual. Seu poder de intervenção física é limitado, muito mais que o do senhor feudal europeu. O perigo e o inimigo estão no exterior e não no interior da sociedade. A repressão interna existe, mas é exercida menos pela coerção física que pela força simbólica que o rei representa".

Os colonizadores europeus enxergaram nesse tipo de organização social uma espécie de feudalismo africano, no qual existiria, além de um rei poderoso, uma aristocracia, formada por famílias de origem tutsi. Um conjunto de idéias de cunho racista em voga na passagem do século contribuiu para reforçar essa visão. Nesse quadro ideológico alemães e belgas encontram explicação para a aparente supremacia da minoria étnica sobre a

maioria. Os europeus viam parentesco maior dos tutsis com os povos semitas, do Oriente Médio, do que com os demais negros.

Até a chegada dos europeus, cada povo havia transmitido aos outros suas habilidades originais

Para exercer o protetorado, reorganizaram os dois reinos como se fossem Estados europeus da época. Montaram governos que tinham polícia e recolhiam impostos — em boa parte canalizados para a metrópole como espécie de paga pelo "banho civilizatório" que esta oferecia. Introduziram ainda o uso do dinheiro, o que alterou profundamente as relações sociais, baseadas no sistema de trocas de mercadorias. Racistas, os colonizadores concederam aos tutsis privilégios políticos e educacionais: ficaram com a maioria dos postos de comando na burocracia, nas forças de repressão e no clero que se formara a partir da introdução do catolicismo.

Por cerca de 60 anos os europeus usaram a mão de gato tutsi para explorar os dois países. Foi tempo suficiente para que o ódio se

estabelecesse entre eles e os hutus. Em 1959, ainda sob domínio belga, explode a primeira grande revolta hutu em Ruanda, que acaba por depor a monarquia tutsi. Em 1962, sob controle dos hutus, é conquistada a independência.

Segue-se então um êxodo da elite tutsi, principalmente em direção a Uganda. Dali, lançam ataques contra o governo hutu.

A luta política explícita começa a aflorar. Em 1973, o ministro da Defesa de Ruanda, Juvenal Habyarimana, um hutu do Norte, golpeia Grégoire Kayibanda, o presidente hutu originário do Sul. Habyarimana estabelece cotas étnicas para o acesso à universidade e à administração pública. É introduzida nos documentos individuais uma marca que discrimina as pessoas segundo sua origem étnica. Os tutsis são afastados de postos importantes, assim como os hutus que não são da região do novo presidente.

Para dominar, os alemães impõem uma "civilização": rei poderoso, polícia, burocracia, clero e moeda...

A partir de 1990 a situação se precipita. Organizados na Frente Patriótica Ruandesa (FPR), os tutsis iniciam luta guerrilheira no norte do país. Nova ofensiva no início de 1993 os leva às portas da capital, Kigali. O número de refugiados se aproxima de 1 milhão. A Tanzânia, um dos países mais afetados pela fuga de ruandeses, promove negociações entre as partes.

Em agosto são assinados acordos para a formação de um governo de transição, com a participação da FPR e outros partidos de oposição. O entendimento é supervisionado pela ONU, que envia 2.500 soldados das tropas de paz. Perto do final do ano, no entanto, Habyarimana começa a enfrentar dificuldades com seus aliados, inconformados com as concessões. O acordo é retardado, o que leva a novas rodadas de negociações.

No retorno de uma dessas reuniões na Tanzânia, em 6 de abril de 1994, ocorre a queda do avião que mata os presidentes de Ruanda e Burundi. Há fortes suspeitas de que foi atingido por um míssil e que os autores do disparo tenham sido hutus descontentes com Habyarimana.

Foi como um sinal para que a tragédia de Ruanda se iniciasse. Em apenas 3 meses ela estaria consumada. No início de julho se estabelece o novo governo, ao que parece nos moldes negociados antes da guerra civil: o presidente e o primeiro-ministro são hutus, mas o ministério da Defesa está nas mãos dos tutsis.

ARMANDO SARTORI

A SAÚDE AO DEUS-DARÁ

Prefeito reduz orçamento e quer entregar hospitais a convênios privados

Sob o assédio de ações judiciais contrárias, sem o apoio dos profissionais da saúde, da população ou do Legislativo, atropelando até o Conselho Municipal da Saúde, o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, assinou no último dia 5 o decreto de implantação do Plano de Assistência a Saúde (PAS). Intencionalmente genérico, cheio de equívocos e ilegalidades, o projeto prevê, em linhas gerais, a realização de um "convênio" entre prefeitura e cooperativas que passariam a gerenciar a prestação dos serviços públicos na área da saúde. Em troca a prefeitura garantiria o repasse, *a priori* (antes do tratamento), de R\$ 10,00 por pessoa cadastrada.

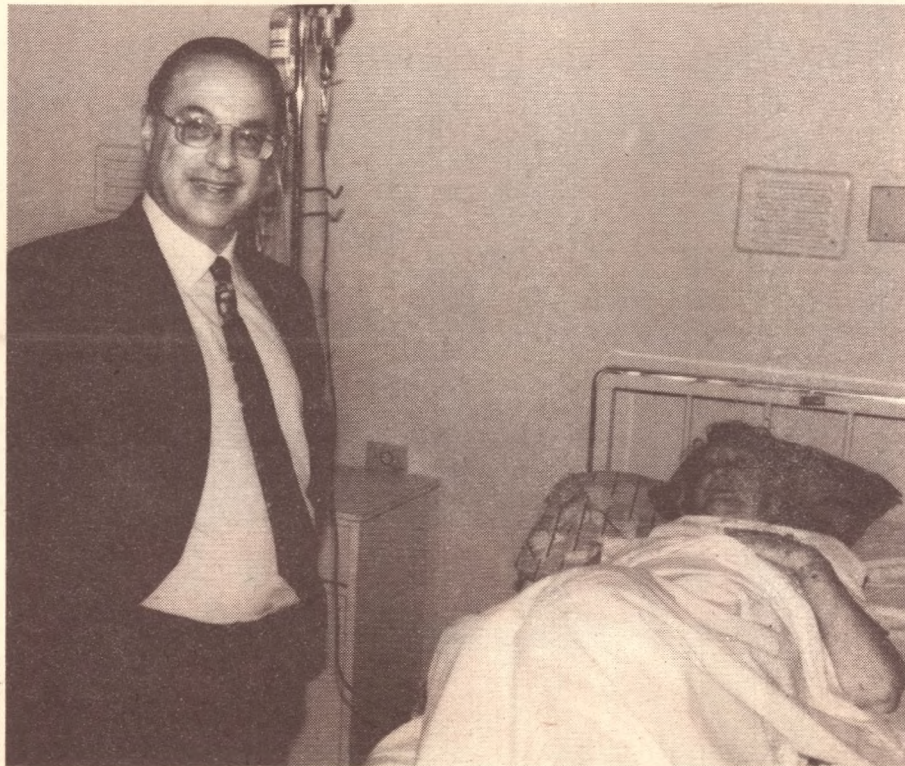
Nesse mesmo dia, surgiram seis grupos comprometidos em montar cooperativas nas regiões da Penha, Centro, Santana, Campo Limpo, São Miguel Paulista e Pirituba. Os nomes ou mesmo o número de médicos e servidores que aceitaram integrá-las não foram divulgados e para solenidade de implantação do plano apareceram apenas pessoas que ocupam cargos de confiança na Prefeitura.

O projeto exclui, de cara, quem não tem registro no IPTU: favelados e sem-teto, por exemplo

O PAS, que vem em substituição ao sistema atual, prevê o cadastramento, como usuários do serviço municipal de saúde, das pessoas que comprovem pagar ou estar isentas do IPTU (Imposto Territorial Urbano). Fere, assim, o princípio constitucional da universalidade de atendimento — estariam automaticamente excluídos os favelados e sem teto. Em resposta aos que apontaram as ilegalidades, Maluf deixou uma pérola: "prefiro salvar inconstitucionalmente do que matar constitucionalmente".

Uma análise mais atenta da proposta demonstra a intenção do governo — camuflada pela publicidade de "plano de saúde dos pobres" — em desvencilhar-se de sua responsabilidade social. A forma de convênio estipulada pelo PAS permite transferir todos os bens e equipamentos do município (hospitais, postos de saúde e aparelhagem) para a iniciativa privada. A forma de convênio estipulada pelo PAS permite transferir todos os bens e equipamentos do município (hospitais, postos de saúde e aparelhagem) para a iniciativa privada. A forma de convênio estipulada pelo PAS permite transferir todos os bens e equipamentos do município (hospitais, postos de saúde e aparelhagem) para a iniciativa privada.

O prefeito tenta vender a idéia de que o atendimento já era ruim e pretende melhorá-lo. O engodo fica evidente quando se observa a destinação que a prefeitura tem dado aos recursos da saúde. Nos dois últimos exercícios, o prefeito cumpriu apenas formalmente a dotação orçamentária de 12% da arrecadação tributária na Saúde. Dos 512 milhões de reais previstos no Orçamento para 94, por exemplo, apenas R\$ 360 milhões foram efetivamente gastos. O restante — nada menos que 35% — dizia respeito a financiamentos previstos, que não se concretizaram. A maioria do Legislativo,



HEITOR HUI/AE

Projeto PAS: o povo sofre, já o prefeito...

que o prefeito controla, fez vistas grossas à manobra. Segundo Paulo Capucci, assessor da bancada do PT na Câmara Municipal, a prefeitura também está deixando de investir no setor os R\$ 97 milhões repassados pelo governo federal ao Fundo Municipal de Saúde (Fumdes).

O orçamento para 95 cresceu: é de 570 milhões de reais. Capucci calcula porém, com base nas próprias previsões da Prefeitura, que 35% são, mais uma vez, "verba fictícia".

Vale lembrar que na gestão da prefeita Luiza Erundina 15% da receita do município eram reservados para a Saúde, que executava o total do orçamento nessa área. Maluf tem destinado 12% e executa apenas 2/3. No frígido dos ovos, a Saúde fica com 8% da receita — pouco mais que a metade do que era aplicado na antiga administração.

O PAS é, na verdade, de autoria do presidente da Blue Life, o deputado federal tucano Ayres da Cunha. Três meses antes da implantação do plano, no dia 7 de janeiro, o deputado detalhou a proposta em artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*. Profetizou que em pouco tempo seria "realizada uma experiência piloto, numa região populosa da grande São Paulo".

Um terço dos gastos com Saúde jamais se concretizam: é a "verba fictícia" do prefeito

Tão logo veio a público, o projeto sofreu oposição. As pressões contrárias mais fortes vieram de setores organizados: as entidades representativas dos profissionais da Saúde, a Igreja Católica e os movimentos de moradores. Em Pirituba, na zona Oeste, duzentas pessoas abraçaram o hospital municipal José S.

Hungria. No Tatuapé, zona Leste, médicos, funcionários e usuários do hospital Menino Jesus protestaram contra o PAS.

Três meses antes do anúncio oficial, o PAS era descrito na imprensa - pelo dono da "Blue Life"

A resistência de Maluf a submeter o PAS ao Legislativo, a inexistência de concorrência pública para os gestores das cooperativas, a contradição com o Sistema Único de Saúde (SUS) e o pagamento antecipado aos particulares já compunham a base das críticas em fevereiro. Tantas eram (e continuam sendo) as irregularidades do PAS que as sete versões apresentadas ao Conselho Municipal de Saúde foram vetadas. Sem resultados: o Conselho foi tratorado pela fúria privatista do prefeito.

Em 17 de abril, o sindicato dos Médicos entrou com uma ação popular na Justiça pedindo a suspensão do decreto que cria o PAS. O presidente da entidade, Tito Nery, assegura que o discurso de Maluf em favor da "eficiência" pode ser facilmente desmascarado. "O município tem recursos e estrutura suficientes para atender bem. O que falta a esta administração é vontade de fazer funcionar". Os fatos parecem dar razão a Tito. São Paulo tem 15 hospitais de grande porte (quase todos construídos, reformados e equipados nas gestões Erundina e Jânio Quadros) e grande número de prontos-socorros e unidades básicas de saúde. É a maior rede de assistência pública municipal da América Latina. "O que o prefeito pretende é passar toda essa estrutura mais o orçamento da saúde de presente para a iniciativa privada", conclui o presidente do sindicato.

MARISA LOURENÇO

Jacob Gorender

O BRASIL EM DESCOMPASSO COM A GLOBALIZAÇÃO

A Constituição atual foi elaborada logo após vinte e um anos de ditadura militar. A nação saía de longo período de opressão brutal. A Constituinte se converteu num estuário para o qual fluíram águas represadas durante muito tempo. Reivindicações de caráter nacional e setorial pugnaram para expressar-se no texto da futura Carta Magna.

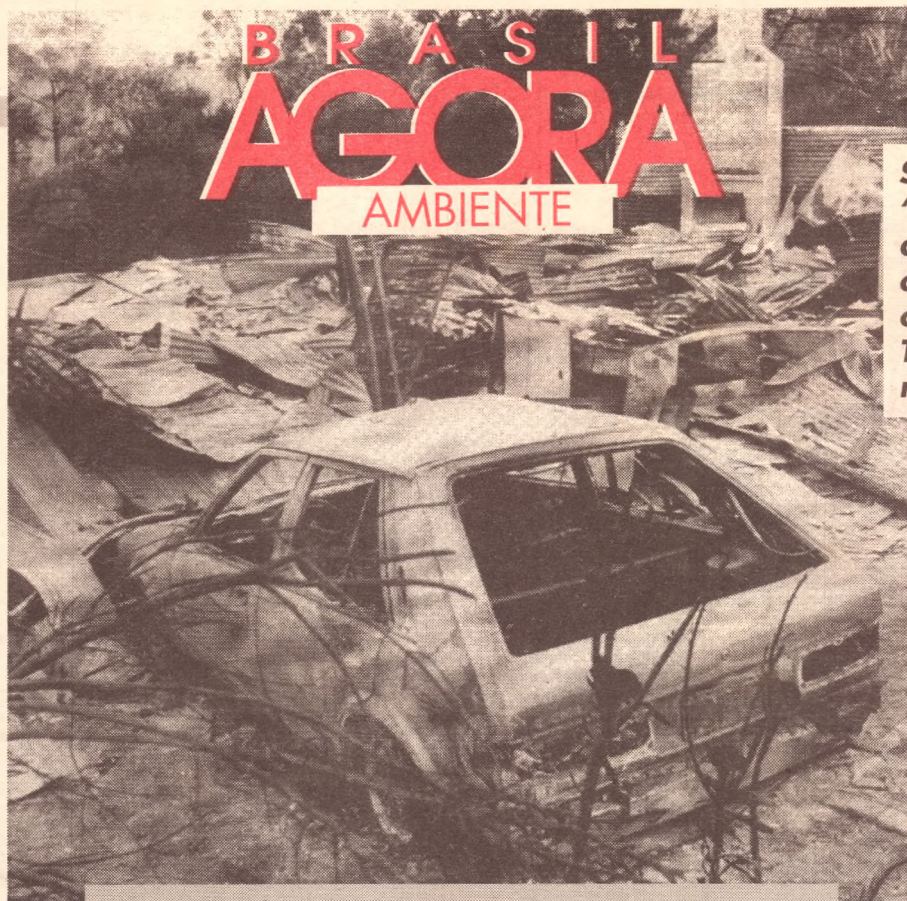
Isto explica a feição detalhista e até mesmo casuística da Constituição em vigor. Os segmentos sociais interessados se esforçaram para que se fixassem no texto constitucional fórmulas garantidoras de direitos já existentes ou em expectativa. Em tese, o desejável é que os textos constitucionais se limitem a estabelecer princípios gerais. Isso possibilita que se tornem duradouros e menos carentes de emendas impostas por circunstâncias mutáveis. Todavia, no caso brasileiro, a feição detalhista resultou de uma conjuntura histórica peculiar. É injustificável sua correção sob alegação de técnica jurídica ou de remoção de obstáculos para que nosso país realize a apregoada abertura à economia global.

Enquanto a Constituição se elaborava, o mundo capitalista era submetido ao impacto da globalização crescente. A Constituição ergueu barreiras à subordinação do Brasil à globalização comandada pelos países ricos e suas empresas transnacionais. Verificou-se um descompasso entre a tendência prevalente na Constituinte e a tendência dominante no sistema capitalista mundial.

Em tais condições, a estrutura detalhista do texto constitucional deixa de ser um feito de técnica jurídica e aparece como virtude a ser preservada. Não se trata de reagir às correntes globalizadoras com o isolamento e com uma legislação atrasada. O que está em jogo é a adoção de uma estratégia seletiva diante da globalização, de tal maneira que obtenhamos vantagens do relacionamento internacional mais intenso, sem permitir a rendição a forças externas poderosas. Afinal, precisamos fazer o mesmo que fazem os países ricos: proteger cuidadosamente os interesses nacionais.

A iniciativa do governo de FHC no sentido da reforma da Constituição tem em vista eliminar o descompasso do texto constitucional com relação aos objetivos das potências mundiais que comandam o processo de globalização. Daí que proponha a desconstitucionalização de vários dispositivos da Carta Magna, ou seja, sua transferência para a legislação ordinária, onde mais facilmente poderiam ser manipulados.

Os sofismas a respeito de reforma modernizadora anticorporativa não conseguiram enganar os partidos vinculados aos trabalhadores. O momento é de ofensiva reacionária, consequência da derrota dos candidatos populares nas eleições presidenciais. O que recomenda o máximo de cautela e reflexão com referência à proposição ou aceitação de qualquer emenda da Carta de 88.



Sul da Austrália, depois da "quarta-feira de cinzas" de fevereiro de 93: os grandes incêndios causados pelas secas são uma das conseqüências do aquecimento da Terra, que a Conferência do Clima não quis enfrentar

Ao contrário do que se afirma muitas vezes, as emissões descontroladas de CO₂ ocorrem essencialmente onde o capitalismo desenvolveu-se mais. Os países mais industrializados são responsáveis por 75% da liberação de gases-estufa, embora reúnam apenas 20% da população do globo.

As emissões descontroladas não são causadas pelo atraso, mas pelo desenvolvimento do capitalismo

Para que a concentração de CO₂ se estabilizasse nos níveis já elevados de 1990, calcula-se, seria necessário restringir as emissões anuais do gás a 1,69 tonelada métrica por habitante. Mas enquanto o Nepal ou o Burundi emitem 0,03 toneladas, e o Brasil 1,35, os sete países mais ricos do mundo liberam entre 6,24 (França) e 19,74 toneladas por habitante (EUA).

Em 1992, inúmeros movimentos ambientalistas procuraram pressionar as nações desenvolvidas a diminuir, ainda que timidamente, estas emissões. Reivindicaram a redução de 20%, até o fim do século. O então presidente dos EUA, George Bush, interveio pessoalmente para que a proposta fosse derrotada.

Quando o novo encontro internacional sobre clima ocorreu em Berlim, no início de abril, os países capitalistas mais desenvolvidos haviam ampliado ainda mais a liberação de CO₂.

Em condições como esta, não é de espantar que uma nova proposta de redução das emissões, feita pelo movimento ambientalista e pelos países insulares reunidos na Aosis (Aliança dos Pequenos Estados Ilhas), fosse rechaçada. Estados Unidos e Japão chegaram a propor um estranho mecanismo, através do qual os países ricos poderiam "comprar" o direito de empregar a Terra. Segundo sugeriram, a "ajuda" fornecida a nações mais pobres autorizaria a aumentar as liberações de CO₂. Os dois países capitalistas mais ricos uniram-se, além disso, para bloquear a qualquer custo uma proposta que visava baratear a transferência de tecnologias não-poluentes...

EUA e Japão chegaram a sugerir um mecanismo que permitiria aos ricos "comprar" o direito de poluir

Coube à Alemanha apresentar a proposta intermediária, finalmente aprovada. Constituiu-se um Comitê Intergovernamental de Negociação, com autoridade para formular, no prazo de dois anos, uma proposta de redução das emissões que possa ser aprovada "por consenso". Decidiu-se, no entanto, que a decisão final será transferida para uma nova conferência, emblematicamente convocada para o Japão.

ANTONIO MARTINS

Berlim foi um fracasso memorável. Depois de se reunirem durante duas semanas, representantes das 175 nações que assinaram em 1992, no Rio, a Convenção Global da ONU sobre Mudanças Climáticas, fecharam na madrugada de 7 de abril um acordo de última hora cujo resultado essencial é... marcar um novo encontro para 1997, em Tóquio. É a segunda frustração consecutiva, para os que acreditam que entendimentos entre os governos serão capazes de afastar os riscos de alterações climáticas graves, provocadas pelo aumento da concentração de "gases-estufa" na atmosfera. Há três anos, pressões do governo norte-americano levaram a Rio-92 a adiar uma resolução que obrigava os países industrializados a emitirem, no ano 2000, 20% menos dióxido de carbono (CO₂) que em 1990. Em Berlim, EUA e Japão, os mais ricos e poderosos da "nova ordem internacional", formaram juntos uma barreira intransponível à limitação das emissões.

Ao contrário do que diz a lenda, foi o "efeito-estufa" que fez surgir a vida, nas condições que a conhecemos hoje

O derretimento da faixa congelada de mar que une a Antártida às ilhas que a rodeiam, ocorrido recentemente, responsável pela formação de *icebergs* gigantes, havia sido previsto por pesquisadores norte-americanos na década de 70, e apontado como sintoma de um eventual — e muito temido — aumento da temperatura dos oceanos.

Roberto Kishinami, diretor-executivo do movimento Greenpeace no Brasil e coordenador no país da campanha pelo controle da emissão de gases-estufa, tem uma explicação contrária da versão catastrofista que vê o possível aquecimento global da terra, o chamado efeito estufa, como conseqüência da perversa ocupação humana do planeta. Muito anterior ao próprio Homem, o efeito-estufa é o responsável pelo surgimento e conservação da vida terrestre, na forma em que se desenvolveu. Forma-se porque alguns gases presentes na atmosfera, em particular o CO₂, têm capacidade de absorver a radiação infravermelha do Sol, de retê-la, de reemitir e de manter aquecidas, por algum tempo, a superfície e a atmosfera do planeta. Sem esses gases, a Terra seria um deserto para a vida que se conhece: tórrida durante o dia, gelada à noite.

Há um século, porém a concentração de CO₂ começou a crescer muito, e cada vez mais rapidamente

Durante centenas de milhares de anos, portanto, a humanidade conviveu com o efeito-estufa, e serviu-se dele. Os problemas começaram, continua Kishinami, com o surgimento "de um determinado tipo de sociedade" — a que está associada com as tecnologias, as desigualdades e os valores culturais que se consolidaram a partir da Revolução Industrial.

O drama, diz o diretor-executivo do Greenpeace, é que este desenvolvimento tecnológico ocorreu sob uma sociedade que obriga os indivíduos a buscar por sua própria conta, e valoriza cada um segundo

OS RICOS ARMAM A BOMBA DO CLIMA

Aferrados a padrões de consumo insustentáveis, os países industrializados recusam-se em Berlim a reduzir as emissões de gases-estufa

a quantidade de mercadorias que possui. Desde 1860, calculam os cientistas, a concentração de CO₂ evolui cada vez mais rapidamente.

Em 1988, um primeiro grupo científico internacional foi oficialmente formado para estudar as conseqüências do fenômeno no clima do planeta. Dois anos mais tarde, o IPCC, sigla em inglês de Painel Intergovernamental da Mudança Climática, apresentou um relatório alarmante. O aumento da concentração de CO₂ e outros gases semelhantes, dizia o texto, estava acentuando o "efeito-estufa" de forma incontrolada. Algumas mudanças climáticas anormais já podiam ser detectadas. Não era possível prever de que modo a situação evoluiria. Para expressar essa possibilidade real, organizações como o Greenpeace cunharam a frase "bomba-relógio do clima".

Os fenômenos já visíveis em 1990 eram numerosos e graves — e se intensificaram desde então. Uma série não prevista de incêndios provocados por secas assolou distintas regiões da Terra. Medições localizadas, nos EUA e no Japão, constataram elevação da temperatura da superfície do oceano, de cerca de 0,8 grau em poucos anos. A Organização Mundial da Saúde constatou um aumento substancial da incidência de enfermidades como a malária, provocado aparentemente pela multiplicação dos mosquitos transmissores, graças ao aquecimento de algumas regiões. Furacões e tempestades de virulência inédita assolaram, em épocas incomuns, o Caribe, a América do Norte, as Ilhas Fiji. A temperatura média do planeta elevou-se em 0,4 graus nos últimos 140 anos, e registrou oito recordes sucessivos no período entre 1980 e 93.